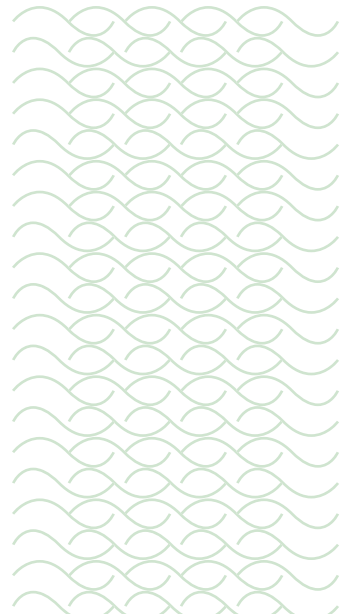
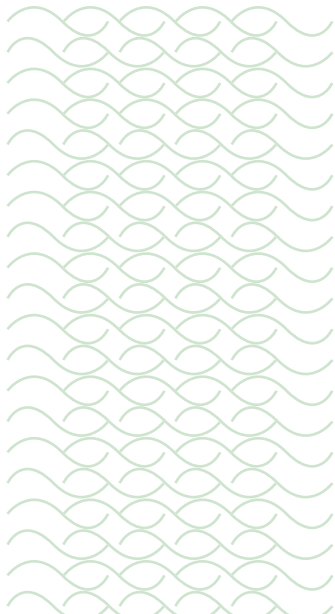


# DOSSIÊ





# *Fake news, política e opinião pública*

*Fake news, policy and public opinion*

*Fake news, política y opinión pública*

**Milton Meira do Nascimento**

Universidade de São Paulo – USP  
<[milton@usp.br](mailto:milton@usp.br)>

---

## Resumo

Este artigo examina o fenômeno tão discutido das fake news e suas relações com a concepção mais frequente de política e de ação política, seu impacto na opinião pública e o papel desta na construção do espaço público e também avançar o debate sobre a construção da democracia, em uma forma mais intensa de participação direta, não de maneira consultiva, mas institucional, ou seja, com instituições de participação direta deliberativa. Este é um ensaio que se apresenta mais como uma contribuição para ampliar o debate sobre expressões que se tornaram lugares-comuns, utilizadas por políticos, jornalistas, cientistas políticos, pessoas comuns, mas que, muitas vezes aparecem de maneira confusa como se os diversos discursos sobre tais questões ora se apresentassem como evidentes, ora como completamente obscuros.

**Palavras-chave:** Fake news. Ética. Política. Democracia representativa.

---

## Abstract

This article examines the much discussed phenomenon of fake news and its relation to the most frequent conception of politics and political action, its impact on public opinion and its role in the construction of public space and also to advance the debate on the construction of democracy, in a more intense form of direct participation, not in an advisory but institutional way, that is, with institutions of direct deliberative participation. This essay is presented more as a contribution to broadening the debate on expressions that have become commonplace, used by politicians, journalists, political scientists, ordinary people, but who often appear confused as if the various speeches on these issues were sometimes presented as evident, sometimes as completely obscure.

**Keywords:** Fake news. Ethic. Politics. Representative democracy.

---

## Resumen

Este artículo examina el fenómeno tan discutido de las fake news y sus relaciones con la concepción más frecuente de política y de acción política, su impacto en la opinión pública y el papel de ésta en la construcción del espacio público y también avanzar el debate sobre la construcción de la democracia, en una forma más intensa de participación directa, no de manera consultiva, sino institucional, o sea, con instituciones de participación directa deliberativa. Este es un ensayo que se presenta más como una contribución para ampliar el debate sobre expresiones que se han convertido en lugares comunes, utilizados por políticos, periodistas, científicos políticos, personas comunes, pero que a menudo aparecen de manera confusa como si los diversos discursos sobre estas cuestiones, se presentaran como evidentes, ya que son completamente oscuras.

**Palabras clave:** Fake news. Ética. La política. Democracia representativa.

Nosso propósito, neste artigo, é o de examinar o fenômeno tão discutido das *fake news* e suas relações com a concepção mais frequente de política e de ação política, seu impacto na opinião pública e o papel desta na construção do espaço público e também avançar o debate sobre a construção da democracia, enfatizando a possibilidade de começarmos um debate sobre uma outra forma de se fazer política, que não é tão nova assim, mas que tem sido esquecida completamente nos últimos anos, sobretudo em nosso país. Trata-se da forma mais intensa de participação direta, não de maneira consultiva, mas institucional, ou seja, com instituições de participação direta deliberativa. Nessa empreitada não deixaremos de enfrentar o tema da ética na política, ou melhor, do sentido da expressão “ética na política”. Este é um ensaio que se apresenta mais como uma contribuição para ampliar o debate sobre expressões que se tornaram lugares-comuns, utilizadas por políticos, jornalistas, cientistas políticos, pessoas comuns, mas que, muitas vezes aparecem de

maneira confusa como se os diversos discursos sobre tais questões ora se apresentassem como evidentes, ora como completamente obscuros.

**A devastação provocada pela disseminação da mentira em campanhas eleitorais tem sido analisada por cientistas políticos em vários países. O caso mais recente é o da eleição de Donald Trump nos EUA.**

### **A cultura fake e os regimes políticos**

Ultimamente, a expressão *fake news*, que significa notícias falsas deliberadamente produzidas para causar algum efeito, ganhou praticamente espaço em todos os meios de comunicação, tanto nas notícias quanto nos debates. Por que tanto estardalhaço? O fenômeno não é novo. Nas guerras antigas era muito comum inventar boatos sobre a aproximação do inimigo para provocar pânico, ou anunciar antecipadamente a derrota de um ou outro lado para provocar reações que fossem favoráveis ao autor da notícia. “Plantar” mentiras com objetivos escusos pode ser um procedi-

mento penalizado pela legislação ordinária. Por exemplo, quem caluniar alguém poderá obviamente ser processado e punido por tal atitude. No plano pessoal, temos as calúnias, passíveis de punição e, no plano público, principalmente no campo da política, as mentiras que provocam estragos que podem ser irreversíveis, principalmente pela falta de tempo para a correção do mal feito.

A devastação provocada pela disseminação da mentira em campanhas eleitorais tem sido analisada por cientistas políticos em vários países. O caso mais recente é o da eleição de Donald Trump nos EUA. Segundo o jornal *Washington Post*, Trump falou muitas mentiras durante a campanha eleitoral e, só primeiros meses de seu mandato, chegou a falar 1.950 mentiras, numa média de cinco por dia. Isso pode parecer assustador, mas talvez nem tanto, se atentarmos para uma advertência que já nos fazia Hannah Arendt:

Jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade. Sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista. (ARENDDT, 2001, p. 283).

Se nada disso é novidade, o que impressiona talvez seja a intensidade com que as mentiras se disseminam ultimamente.

Se a mentira faz parte da política, é bom dizer de uma certa concepção de política, aquela que é a mais recorrente em nosso meio. Voltaremos a esta questão mais adiante. E não podemos nos esquecer também de comentar o tão sonhado desejo de todos os que querem ver uma política diferente, que é o da necessidade da ética na política. Porém, pelo que acabamos de ver, isto seria mesmo possível? Pelo sim e pelo não, se ficarmos com a impressão de Hannah Arendt, o desejo de fazer da política uma atividade bem-comportada, com regras que todos iriam seguir muito corretamente, seria pura ilusão. No entanto, se pensarmos numa outra maneira de se fazer política, aí sim poderemos pensar em voltar ao tema da ética na política. Por enquanto, estamos muito longe disso.

Para tratarmos da questão da verdade na política não será necessário entrarmos na discussão filosófica a respeito da verdade, a qual pode ser considerada como adequação da ideia à coisa, como o encadeamento lógico de uma série de proposições e como simples transparência. Esta investigação seria longa demais e não iria nos adiantar em nada no esclarecimento do que nos propomos aqui. Basta considerarmos a verdade algo que não pode ser contestado, algo que é evidente. Tal como um determinado fato, por exemplo, fulano de tal foi atropelado, ou morto. Neste caso, após a verificação do ocorrido por um especialista, um médico, ninguém poderá contestar que de fato a pessoa está morta.

O que tem causado espanto na época contemporânea, sobretudo após a demolição dos ídolos, das grandes questões consideradas irrefutáveis, tais como a tradicional estrutura da relação familiar e outros valores, é que até mesmo os fatos podem ser questionados. A velha expressão “contra fatos não há argumentos”, em muitos casos parece não ter sentido, tamanha a força dos argumentos de negação de certos acontecimentos. Em todas as situações temos fatos e versões dos fatos, de tal modo que, neste campo, tudo se torna permitido e recaímos dos dados objetivos para a pura subjetividade. Por exemplo, quantas vezes já não ouvimos contestações de que o Holocausto, o massacre dos judeus pelo Estado nazista alemão durante a Segunda Guerra Mundial, simplesmente não existiu, que foi pura invenção e revanchismo dos judeus. Aliás, as versões sobre os fatos históricos são um exemplo notável de como elas se constituem como narrativas com características de verdade, principalmente se produzidas pelos vencedores. Assim também são as diversas versões sobre o golpe militar de 1964 no Brasil. A narrativa dos militares é de que não foi golpe, mas uma grande revolução que mudou os rumos do país. Para os vencidos, por sua vez, foi um grande golpe que ainda não foi elucidado devidamente, principalmente quando pensamos no número espantoso de prisioneiros que simplesmente desapareceram, ou “foram desaparecidos” pelo

regime militar e nunca foram encontrados. Por isso mesmo, o período do regime militar no Brasil seria um tempo para ser esquecido para sempre e servir de exemplo para nunca mais voltar. O que teríamos que investigar é simplesmente o que é verdade e o que é mentira a respeito do regime militar brasileiro, tarefa que exige muita investigação e também que todos os documentos relativos àquele período sejam disponibilizados para os pesquisadores, e assim por diante. É certo que as versões dos fatos se inscrevem muito mais num quadro ideológico do que no de propriamente das *fake news*. Ou seja, cada grupo ideológico possui

**O espírito investigativo do cientista implica que ele nunca se contente com sua nova teoria e que ele procure sempre o aperfeiçoamento dela ou até mesmo a sua superação.**

uma visão dos fatos diferente da dos outros. Neste caso, não está em questão quem morreu ou quem não morreu durante aquele período, mas a interpretação por que alguém morreu ou por que escapou da morte. E essa disputa ideológica transfere-se também para o terreno da política, no qual se trava uma disputa pela hegemonia e pela ocupação do espaço real ou simbólico do poder. O campo das versões pelo viés ideológico e político será objeto de investigação dos historiadores, aos quais caberá o papel de explicitar todas as versões, todas as narrativas, todos os discursos sobre os fatos ocorridos.

No caso da produção deliberada de uma mentira, portanto no caso das *fake news*, o problema assume uma conotação diferente. Aqui, se tudo pode entrar no domínio da caracterização como *fake*, chegaremos ao ponto de oscilar entre a verdade e a mentira sem a mínima possibilidade de termos a certeza de algo. Este universo de incerteza causa estranheza, pois não temos praticamente nenhum solo firme para nos apoiar.

A cultura *fake*, isto é, da mentira deliberada, também é muito diferente daquela condição moderna abordada por Bauman em *Modernidade líquida*. Para ele, o mal-estar já se desenhava de maneira clara:

O título de um artigo apresentado em dezembro de 1997 por um dos analistas mais incisivos do nosso tempo é “La précarité est aujourd’hui partout” (A precariedade encontra-se hoje em toda parte). O título diz tudo: precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, é a característica mais difundida das condições de vida contemporânea (e também a que se sente mais dolorosamente). Os teóricos franceses falam de *précarité*, os alemães de *Unsicherheit* e *Risikogesellschaft*, os italianos de *incertezza* e os ingleses de *insecurity* – mas todos têm mente o mesmo aspecto da condição humana, experimentada de várias formas e sob nomes diferentes por todo o globo, mas sentida como especialmente enervante e deprimente na parte altamente desenvolvida e próspera do planeta – por ser um fato novo e sem precedentes. O fenômeno que todos esses conceitos tentam captar e articular é a experiência combinada da *falta de garantias* (de posição, títulos e sobrevivência), da

*incerteza* (em relação a sua continuação e estabilidade futura) e de *insegurança* (do corpo, do eu e de suas extensões: posses, vizinhança, comunidade). (BAUMAN, 2014, p. 201).

Se esta nova condição moderna ou pós-moderna já causava perplexidade, as coisas não ficam melhores quando até mesmo os fatos podem ser contestados e não temos certeza de mais quase nada num processo infundável de produção de inverdades. De uma certa maneira, a cultura *fake* embarca nas condições da modernidade líquida, como se a condição de incerteza e de insegurança fosse o mote para a criação de notícias falsas, de tal modo que se instaura a confusão generalizada entre o verdadeiro e o falso.

Já no quadro da tradição filosófica, todos sabemos que não há verdades absolutas, mas sim há verdades relativas, provisórias. No entanto, muitos filósofos e muitas filosofias se apresentam como portadores de verdades absolutas, que são frequentemente contestadas por outras filosofias, as quais as reconduzem ao seu lugar, isto é, o das verdades provisórias, que se encerram no interior de cada sistema. Neste caso, resta tão somente saber se a relação entre os conceitos produzidos no interior de um sistema filosófico mantém coerência. Assim, a verdade do sistema filosófico está contida no interior dele mesmo e não mais do que isso.

Onde encontrar então a tão sonhada verdade objetiva, incontestável? Se ela não se acha na filosofia, estaria então na ciência ou na religião? No caso da ciência, todos sabemos também que as hipóteses científicas quando comprovadas se configuram como verdades provisórias que podem ser adiante superadas por outras hipóteses e teorias científicas, por mais rigorosas que sejam. O espírito investigativo do cientista implica que ele nunca se contente com sua nova teoria e que ele procure sempre o aperfeiçoamento dela ou até mesmo a sua superação. Estaria talvez a verdade incontestável no campo religioso? Cabe aqui uma distinção de fundo entre a filosofia, a ciência e a religião, já que esta situa-se no plano puramente subjetivo da fé, da crença. Neste campo, não é necessário invocar provas, demonstrações racionais, basta somente a fé.

A filosofia e a ciência, por sua vez, situam-se no plano da demonstração racional e das hipóteses racionais. Para o homem religioso, não é necessário, por exemplo, buscar loucamente provas sobre a existência de Deus. Basta acreditar na sua existência. Já o homem da ciência e os filósofos poderão arriscar algumas provas da existência da divindade todo-poderosa sem, contudo, tomar como referência alguma base empírica que seja suficiente para justificar a sua demonstração. O importante a salientar é que religião, filosofia e ciência situam-se em campos diferentes, com procedimentos diferentes de análise. Para um cientista social, não basta acreditar que a miséria existe ou que não existe em tais e tais países. Ele irá buscar provas da sua existência ou não em cada país, e só após a investigação poderá emitir um juízo sobre a questão. Ele não poderá dizer, por exemplo, que no Brasil não existe miséria simplesmente porque ele está convicto disso. Sua afirmação precisará ser provada com dados empíricos.

É preciso insistir um pouco mais na distinção entre os campos filosófico, científico e religioso, porque é importante para nós na análise da questão entre a verdade objetiva e a verdade subjetiva. Para um homem de fé, basta sua verdade subjetiva, sua fé particular.

Para o homem de ciência, será necessária uma prova racional objetiva para que ele possa afirmar ou negar alguma coisa.

O interessante a verificar nas épocas moderna e pós-moderna, quando todas as grandes estruturas começam a desmoronar, quando os antigos valores já não mais se sustentam, quando as ideologias também já não possuem mais a força que tinham antes, é que os indivíduos irão refugiar-se em suas convicções pessoais, como numa espécie de recanto seguro. É ali que irão encontrar alento. Se alguém, num processo judicial disser que tem a convicção

**Quando afirmo que  
“tenho a convicção de  
que fulano é culpado”,  
tal afirmação não pode  
ser comparada à de um  
homem religioso que diz  
“tenho a convicção de  
que Deus existe”.**

de que tal réu é culpado e que não precisa de provas, estará fazendo uma análise puramente subjetiva, a qual num processo não faz sentido algum, já que a base material de todo processo judicial é o conjunto das provas que irão sustentar o julgamento. Quando afirmo que “tenho a convicção de que fulano é culpado”, tal afirmação não pode ser comparada à de um homem religioso que diz “tenho a convicção de que Deus existe”. Um julgamento qualquer num processo judicial não pode ser comparado a um ato de fé, porque estamos em campos totalmente diferentes um do outro.

A verdade da existência de Deus, para um homem religioso, é puramente subjetiva, ele não precisa provar o seu sentimento para ninguém. Na sua interioridade, na sua solidão, ele está satisfeito com a sua crença e será muito difícil demovê-lo

da sua certeza que aparece para ele como uma verdade absoluta, incontestável. Porém, no campo jurídico, tal procedimento seria no mínimo abusivo, ou, para utilizar uma expressão de Richard Sennet, “uma tirania da intimidade”, isto é, uma impressão subjetiva que se quer impor a todo custo como verdade objetiva e ser aceita à força para aqueles que não partilham a mesma experiência subjetiva.

Da mesma forma, a afirmação justificadamente subjetiva de caráter religioso não pode servir de parâmetro para nenhum outro setor da atividade humana a não ser o religioso. Ela não serve para a ciência, nem para a filosofia, nem para a política. Se em todos os setores da atividade política tivéssemos o mesmo procedimento do tipo religioso, ou seja, se atuássemos apenas por convicção, todas as situações estariam reduzidas às impressões particulares de cada um e até mesmo o diálogo seria impossível. Ora, sobretudo no plano político, no qual será necessário confrontar ideias, posições divergentes e até antagônicas antes de se chegar a uma decisão qualquer, o que é definido como verdadeiro, quando está em questão a definição de algo que signifique a constituição do bem comum, é sempre algo resultante de muito debate, de muita discussão. A deliberação a respeito dos elementos que serão incluídos num espaço de decisão que se justifique como bem público terá um caráter provisório, poderá ser até mesmo revogada em outra ocasião, caso se verifique que a deliberação não foi acertada.



Enfim, estamos agora em condições de investigar a questão da verdade na política. Já vimos como a verdade é tratada na ciência, na religião, na filosofia. Que tipo de verdade é possível na política? Ou então podemos considerar de uma outra maneira a questão, ou seja, que tipo de atividade é a mais adequada quando está em jogo a atividade política? Não podemos avançar a resposta a essa questão sem antes definirmos o que é política.

Se remontarmos às origens gregas da palavra, em grego, vamos encontrar *pólis*, cidade, *polítes*, cidadão, *politika*, questões relacionadas à vida da *pólis*, *politeia*, a constituição da *pólis*. Todas essas expressões dizem respeito à vida em comum, à atividade pública, aos bens comuns e não à atividade privada, doméstica. A *pólis* era o espaço organizado para a boa vida em comum, de tal modo que a sua administração – quer ficasse sob a responsabilidade de um só, de alguns ou de todos, para caracterizar aqui as três formas clássicas de governo, isto é, a monarquia, a aristocracia e a democracia – deveria ter em vista sempre o bem comum, o interesse público, jamais o interesse particular. A decisão de viver juntos, na *pólis*, por si só era o reconhecimento de que havia algumas coisas que eram comuns a todos e que valia a pena lutar por elas. A vida doméstica, por sua vez, isto é, a vida privada, era de responsabilidade do *despotés*, do pai de família. A ele cabia a administração dos negócios particulares, da educação dos filhos, do cuidado com os seus escravos e assim por diante. Na Grécia havia uma separação muito clara entre os negócios públicos, que competiam aos cidadãos, e os negócios particulares, domésticos, cuja responsabilidade cabia ao pai de família. A administração da *pólis* era muito diferente nas diversas cidades gregas. Por isso mesmo, Aristóteles, interessado em saber como era o seu funcionamento, escreveu sobre as constituições de várias cidades, mas apenas a *Constituição de Atenas* restou como texto acessível dentre o restante das constituições que o filósofo havia analisado. Todos esses textos se perderam.

O importante a destacar, quando tratamos da política, é que esta é acima de tudo uma atividade cujos fins são o interesse público e não o particular. O cidadão, o *polítes*, é aquele indivíduo que participa dessa atividade, que atua tendo sempre em vista o interesse público. Quando se trata de escolher aqueles que se encarregarão da administração pública, se a escolha recair sobre um só, neste caso o monarca, este deverá pautar-se acima de tudo pelo interesse público, mas, pelo tipo de formação da administração realizada por um só homem, não é difícil encontrarmos muitas vezes o monarca agindo em benefício próprio, contrariando o espírito que deveria comandar a sua função. Como é ele quem decide sobre todas as questões da cidade, o benefício público nem sempre vem em primeiro plano. O mesmo poderíamos dizer quando um grupo assume a administração pública. O governo de alguns, isto é, a aristocracia, para ser mais preciso, dos “*aristoi*”, os melhores, ou por mérito ou por poder aquisitivo, também pode incorrer no mesmo erro que é o de trabalhar em benefício daqueles que exercem a administração pública. No regime democrático, por sua vez, quando a administração é deixada para todos os membros da *pólis*, para todos os cidadãos livres, fica mais fácil satisfazer o interesse público, porque as decisões não são realizadas por um só ou por alguns, mas por todos os cidadãos.

## A democracia representativa é uma aristocracia

Como caracterizar o regime político brasileiro após analisarmos as três formas clássicas de governo? Certamente não somos uma monarquia, nem mesmo um regime misto de uma monarquia constitucional, mas podemos não estar muito certos sobre como caracterizar o nosso regime se considerarmos os outros dois regimes na denominação clássica de aristocracia e democracia.

**Se nosso regime fosse democrático, a proposta, após um longo processo de discussão, deveria ser submetida ao sufrágio universal de todo o povo por intermédio de um referendo.**

Voltemos um pouco às características desses três regimes: quando um só decide por todos, quando alguns decidem por todos e quando todos decidem por todos. Será que somos uma democracia, isto é, em nosso regime, todos nós participamos de todas as decisões que nos dizem respeito? Ou estamos muito mais para uma aristocracia, na qual apenas alguns decidem por todos? Ora, o arranjo moderno encontrado por uma grande parte dos países ocidentais, para fazerem de conta de que vivem numa democracia, é o da chamada democracia representativa. Neste regime, que é também o nosso, a maioria do povo escolhe seus representantes, os quais, por sua vez, tomarão decisões sobre as questões importantes que irão afetar a vida de todos. Neste regime, em nosso

caso principalmente, o povo não decide sobre praticamente quase nada, porque transferiu essa decisão aos representantes. Aqui alguns decidem por todos e estamos, portanto, muito mais próximos de uma aristocracia do que de um regime democrático. É certo que muitos países atualmente combinam a democracia representativa com a forma clássica de democracia, por intermédio dos referendos, nos quais o povo é chamado a decidir sempre que houver problemas mais complicados e que exigem a convocação de todos. É este, por exemplo, o caso da Suíça.

Qual é o maior problema da democracia representativa? Sem dúvida alguma, antes de mais nada, é sua própria denominação. Por que democracia se o povo não decide sobre o seu destino? Poderiam objetar que o povo decide indiretamente porque delegou tal decisão aos representantes. Estes sim, estão tomando todas as decisões constantemente pela delegação do voto que tiveram. Diremos até que este processo se legitima quando a Constituição assim foi estabelecida. Então, o correto seria dizer que nosso regime é aristocrático. De democrático ele é apenas um arremedo. O povo quase nunca é chamado para tomar decisões sobre questões importantes que afetam a sua vida, haja vista o que ocorreu recentemente quando se colocou em discussão a possibilidade de votação de uma reforma previdenciária. Pois bem, se nosso regime fosse democrático, a proposta, após um longo processo de discussão, deveria ser submetida ao sufrágio universal de todo o povo por intermédio de um referendo. As consequências de tais decisões públicas trariam evidentemente muito mais responsabilidade aos cidadãos do que o formato atual.

Em nosso regime, toda a responsabilidade sobre os grandes temas nacionais recai sobre a classe política, sobre os vereadores, os deputados, os prefeitos, os governadores, os presidentes. Se o regime fosse democrático, a responsabilidade seria dos cidadãos.

Na tradição do pensamento político clássico, Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, já havia alertado sobre o engodo que era a escolha dos representantes pelo parlamento inglês, em seu livro *O contrato social*. Dizia ele:

Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto não é lei. O povo inglês pensa que é livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que faz dela mostra que merece perdê-la.

Rousseau faz uma distinção entre representantes e comissários. Aqueles são os indivíduos que se colocam no lugar dos outros, podendo tudo decidir em seu nome, com plena autonomia. Estes, por sua vez, são os que só podem realizar aquelas ações para as quais foram designados. Não têm autonomia para tomarem decisões independentemente dos representados. Poderíamos tomar essas expressões de uma outra forma, poderíamos chamar a uns de representantes com plenos poderes e aos outros de representantes com poderes limitados. O próprio Rousseau faz questão de explicitar a questão em seu mesmo texto citado acima, quando afirma que é possível haver representantes no poder Executivo, mas não no poder Legislativo. O que significa isto?

Para a melhor compreensão do tema, é preciso que façamos alguns comentários sobre a teoria política de Rousseau, caso contrário o que ele afirma não nos fará muito sentido. Pois bem, para ele, o poder Legislativo é o de todo o povo reunido, de toda uma comunidade política, sem excluir nenhum de seus membros. Povo aqui é tomado numa acepção bem ampla, isto é, são todos os membros da comunidade política, incluindo-se aí os ricos e os pobres. Segundo ele, o povo é soberano quando tem a possibilidade de tomar decisões por conta própria, quando pode deliberar sem a intermediação de representantes, exatamente porque, ao proceder a esta deliberação, ele estará exercendo sua vontade livre, seu poder de decisão. Se ele transferisse tal poder a um corpo de representantes, ele estaria deixando de exercer sua vontade livre, estaria transferindo seu poder de decisão, sua vontade, para outros. O que seria pura insensatez, tal como assinar um compromisso de escravidão. Há pois um tipo de atividade humana que não pode ser transferido para ninguém sob pena dessa transferência implicar perda total da liberdade. É o que acontece com os membros do parlamento inglês. Após a escolha dos membros do Parlamento, eles são escravos. Não seria exagero dizer o mesmo da nossa própria condição. Nós, brasileiros, após a escolha dos nossos representantes, por intermédio do voto, somos todos escravos, porque transferimos a eles o nosso poder de decisão, a nossa vontade livre. De tal modo que, se nos perguntarem

o que nós queremos, nós iremos responder de maneira bizarra: “Nós queremos o que os nossos representantes decidirem que queremos”. Ou então, para ficarmos em nosso exemplo já citado anteriormente: Qual é a reforma previdenciária que queremos? E a resposta esdrúxula que iremos dar é a seguinte: “A reforma previdenciária que queremos e aquela que for decidida por nossos representantes”.

Tal atestado de submissão total, de pura escravidão é equivalente ao de um escravo qualquer que só exerce sua vontade por intermédio do seu senhor. Ou então de uma criança ou qualquer outra pessoa desprovida completamente de discernimento próprio, que só pode agir e decidir sob tutela. Em suma, nos regimes modernos da democracia representativa, nos quais o poder de decisão cabe aos representantes, o povo não é livre. Sua condição é muito semelhante àquela dos povos que estão submetidos aos regimes monárquicos e aristocráticos.

**É certo que nas democracias representativas os representantes só se sensibilizam quando sofrem pressão das ruas. Fora desses períodos eles ficam tranquilos para fazerem o que sempre fizeram, isto é, tomar decisões que favorecem a si mesmos ou aos grupos dos quais fazem parte, sem dar a menor importância à vontade popular.**

Tudo o que nós estamos afirmando se passa no âmbito do exercício do poder Legislativo, do poder do povo em exercer sua vontade livre, que Rousseau chama de vontade geral. Ainda para explicitar um pouco melhor o pensamento político desse filósofo, na comunidade política é preciso distinguir o poder Legislativo do poder Executivo. O poder Legislativo compete a todo o povo, sem excluir ninguém. Este poder, que se define pelo exercício da vontade geral, é o poder soberano. Rousseau é por excelência o defensor da soberania popular. Quem é então o poder Executivo? Este poder é o governo, uma função submetida ao poder soberano do povo. Para resumirmos o pensamento político do nosso autor, o povo soberano decide e não pode abrir mão dessa decisão sobre todas as questões importantes que dizem respeito à vida da comunidade política. O poder Executivo é aquele encarregado apenas de executar as decisões tomadas pelo povo.

Se não podemos admitir os representantes no poder Legislativo, devemos fazê-lo quando se trata do poder Executivo, já que este é um poder subordinado ao povo, a autoridade suprema. Não só devemos es-

colher quem vai governar, mas também que tipo de governo queremos, se uma monarquia, uma democracia ou uma aristocracia. Mas é bom que fique bem claro que estamos nos referindo aqui a um poder subordinado ao poder soberano do povo.

A distinção espetacular operada por Rousseau entre soberania e governo tem como propósito maior o de preservar a liberdade dos cidadãos, o de preservar o seu direito de seu dono do seu próprio destino e não marionete de quem quer que seja. Nesta teoria política,

o governo deve obedecer ao povo soberano. Em nosso caso, da democracia representativa, o povo obedece aos representantes e a quem está no governo. Só podemos entender tal inversão se apostarmos que a liberdade dos cidadãos ainda é um valor a ser perseguido e mantido. Se abandonarmos o ideal da liberdade, aí podemos jogar a toalha e dizer: “nós entregamos tudo o que temos, nossa pessoa, nossa vida, nossa liberdade, nossos bens à decisão de nossos representantes para que eles façam de tudo isso o que eles quiserem”. Em suma eis aqui nosso atestado de escravos.

Esta reflexão, evidentemente, não pode de forma alguma estar fora do debate sobre uma reforma política dentro de nosso modelo de democracia representativa. Podemos ter representantes sim, no poder Executivo. Sem problemas. Porém, no plano legislativo, a atuação por intermédio de referendos é o único remédio de que poderemos dispor contra a perpetuação de qualquer forma de dominação. Muita gente acredita e até mesmo incentiva uma maior participação popular, que o povo precisa ir mais para as ruas para pressionar nossos poderes constituídos a tomarem decisões acertadas. Pois bem, tudo isso é muito pouco perto de uma reforma política que institucionalize práticas de participação, não só consultivas, mas também, e sobretudo, deliberativas.

É certo que nas democracias representativas os representantes só se sensibilizam quando sofrem pressão das ruas. Fora desses períodos eles ficam tranquilos para fazerem o que sempre fizeram, isto é, tomar decisões que favorecem a si mesmos ou aos grupos dos quais fazem parte, sem dar a menor importância à vontade popular. Quando o povo vai às ruas, todos se entusiasma, até mesmo os políticos profissionais, e dizem: “Oh! O povo está atento a tudo o que está acontecendo, os políticos estão acuados, precisam tomar as decisões para atender aos anseios populares!”. Tão logo diminuem os protestos, tudo entra no mesmo patamar de antes e quase nada se altera na velha paisagem política do compadrio e do balcão de negócios, muito distante da realidade dos cidadãos simples mortais.

Nossa democracia representativa tornou o povo infantilizado, imbecilizado, tutelado. Quando o povo esperneia, os governantes lhe oferecem alguma coisa para acalmá-lo, simplesmente. O governante esperto e que permanece mais tempo nesse regime é aquele que tem mais capacidade de atender a pequenos reclamos populares e a divertir o povo para que se distraia e não se preocupe com os negócios públicos.

## Outra maneira de se fazer política

Em contrapartida, se apostarmos numa outra maneira de se fazer política, que implica o controle dos representantes pelos representados, a institucionalização das instâncias de decisão nas quais o povo atua por intermédio de referendos e que os representantes funcionem apenas como executores das ordens emanadas dessas decisões populares, aí teremos uma outra coisa muito diferente da que estamos acostumados a presenciar. Isto implica também inverter a ordem das coisas em matéria de política. É preciso que o povo decida e que os representantes obedeçam às decisões populares, simplesmente funcionando como os elementos que a colocarão em execução. E quando atingirmos esse patamar, quando

pudermos afirmar categoricamente que o povo participa ativamente em todas as decisões importantes que irão influenciar diretamente em suas vidas, aí sim, poderemos concluir que chegamos ao regime democrático.

Qualquer reforma política que não altere essa estrutura, isto é, essa maneira tradicional de se fazer política, será inútil, estará mantendo o processo no qual o povo se perpetua como escravo de um pequeno número de mandatários. Assim é a democracia representativa tão decantada em prosa e verso como o melhor regime político dos povos ocidentais. E o povo, iludido, ludibriado, infantilizado, acredita. Acredita até mesmo que sua participação no dia da eleição, com o seu voto, é o ato mais sublime de cidadania. Ou seja, a democracia esmerou-se tanto em se apresentar como o melhor regime de todos e como a melhor forma

**Uma coisa é a aceitação do conflito, dos interesses divergentes como necessários para a construção do bem público. Outra é a da mentira institucionalizada como forma de ascensão ao poder.**

de exercer a cidadania, que reduziu esse exercício a um único dia, o dia de votação. Fora desse dia, tudo volta a ser como dantes. “Após a eleição dos membros do parlamento, o povo é escravo.”

Quais seriam os pontos positivos de uma mudança na maneira de se fazer política, isto é, num formato em que o cidadão fosse ativo permanentemente e não apenas no dia da eleição? O maior de todos eles, seria, evidentemente, o seu exercício da liberdade política, o de poder decidir sobre o seu próprio destino. Outro seria a atribuição de responsabilidade política. Quando se toma uma decisão, o único responsável por ela é quem decide. Por isso mesmo, nas democracias representativas o povo está sempre reclamando contra seus representantes, porque estes não mais os representam ou porque estão tomando

decisões equivocadas. Se o próprio povo deliberasse, a responsabilidade recairia sobre ele mesmo. Haveria sem sombra de dúvidas todo um processo de aprendizagem da cidadania, da democracia como exercício do poder popular e como meio salutar para a definição do bem público. O exercício do poder de decisão sobre propostas teria a médio prazo o papel de formar o espírito público. Aqui o importante não seria votar em pessoas que seriam as representantes, mas votar em propostas que seriam implementadas pelos representantes com poderes limitados.

Quais seriam os maiores opositores de uma reforma política que tivesse em seu núcleo tais propostas? Que ninguém duvide que seriam os próprios políticos profissionais, porque até hoje eles se constituíram na classe dos mandatários, dos senhores, que precisam de seu poder para manterem sua relação de dominação sobre o povo escravo. A afirmação de Hannah Arendt incide exatamente sobre essa maneira tradicional de se fazer política, que alterna e reinventa novas formas de dominação.

A outra maneira de se fazer política, na verdade, recupera o sentido clássico da política que é a ação do cidadão para a construção e consolidação do bem público. Neste espaço, no

qual o cidadão participa intensamente do debate e das decisões que impliquem o exercício de sua vontade livre, é normal que haja conflitos, embates de posições divergentes, antagônicas, mas o foco será sempre um conjunto de propostas que estarão em jogo e não pessoas. Os cidadãos estarão ocupados em discutir propostas para serem implementadas, algumas com prioridades maiores do que outras. Desse modo, haverá necessariamente uma prática pedagógica que conduz à construção do interesse público. Sobre todas as propostas haverá sempre um tempo para o debate e outro para a deliberação. Poderá aqui haver erros, equívocos, deliberações equivocadas, mas nada que não possa ser revogado tão logo se tenha conhecimento do erro. Na forma tradicional, aquela a que estamos acostumados, o foco é sempre o voto nas pessoas. O que escancara a porta para o festival de mentiras, calúnias, difamações. Neste formato, a política é inseparável da mentira. Qual é então o grande desafio? Será preciso que o povo se eduque para votar em propostas e não em pessoas, prioritariamente. Poderemos até votar em pessoas, mas apenas para cargos executivos, isto é, subordinados à deliberação pública.

A afirmação tão contundente de Hannah Arendt a respeito da política nos remete também a outra questão que é a da política como lugar do conflito, do embate por interesses divergentes, e não é o lugar para as afirmações categóricas que não podem ser passíveis de discussão. Uma coisa é a aceitação do conflito, dos interesses divergentes como necessários para a construção do bem público. Outra é a da mentira institucionalizada como forma de ascensão ao poder. As questões que se apresentam no espaço da política para debate só poderão ser superadas por alguma forma de acordo que possa resultar do voto majoritário dos que estão envolvidos no debate. A tentativa de impor-se a todo custo e de qualquer maneira no espaço político invocando algum tipo de verdade absoluta é sem sombra de dúvida o fim da política, porque seria também o fim do debate, o fim do confronto dos interesses divergentes. É por esta razão que, quando se conduzem os negócios políticos como se fossem questões religiosas, nas quais a verdade se impõe como crença, mesmo que fundamentada apenas na visão subjetiva de quem acredita, o resultado será sempre a ausência total de liberdade, do debate, do questionamento e do afloramento dos interesses divergentes. Quem invoca a verdade na política dá início ao fundamentalismo político, que vem na esteira do fundamentalismo religioso. Os conflitos no espaço público da ação política se resolvem pelo voto ou pelo acordo entre as partes e nunca por alguma imposição de caráter subjetivo. Um tirano impõe sua visão subjetiva a todos os cidadãos. Um monarca benevolente toma decisões levando em consideração o interesse público. O mesmo pode ocorrer com um grupo de indivíduos que tomam decisões num regime aristocrático. Porém, assim como é raro um monarca benevolente, também é raro que um grupo de aristocratas tome decisões levando em consideração a maioria dos cidadãos.

Por isso mesmo, retomamos o terreno da democracia, no qual a tomada de decisão não incorreria nos mesmos vícios inerentes à monarquia e à aristocracia. Se numa campanha eleitoral tivéssemos 6 meses para discutir propostas e depois votar naquelas que considerássemos as melhores, o perfil do processo eleitoral seria totalmente diferente. No momento atual brasileiro, todos estão procurando alguém em quem votar, num candidato que seja

considerado o melhor, ou até num que seja uma espécie de salvador da pátria que se encontra num processo vertiginoso de derrocada. A busca do chamado “homem providencial”, que esteja à altura de encaminhar o país para um outro rumo, que pelo menos inverta o processo de derrocada, é o que todos esperam. Mas isto não muda em nada o nosso sistema político. Tudo continuará como dantes. O povo continuará a ser mero espectador. Poderá até apostar no novo presidente eleito. Seu comportamento será o de sempre. O de esperar para ver o que vai acontecer. Se nada for resolvido, o conselho será também o de sempre: “Na próxima eleição votem num candidato melhor!” Tudo continua como dantes.

Ora, se a política tal como é concebida em nosso meio “convive muito bem com a mentira”, segundo Hannah Arendt não poderíamos nos espantar com as *fake news* nas

—

**Quem vai lutar pelo poder,  
mesmo num processo  
de eleições livres, espera  
conquistá-lo mesmo  
que seja pela utilização  
de meios escusos,  
antiéticos, de desrespeito  
às regras do jogo.**

—

campanhas eleitorais que preparam o eleitor para votar em pessoas, e não em propostas. É que a prática política que nos é familiar constitui-se essencialmente e se define como o processo legítimo da luta pelo poder. O que é característico sobretudo das monarquias e das aristocracias. Quem vai lutar pelo poder, mesmo num processo de eleições livres, espera conquistá-lo mesmo que seja pela utilização de meios escusos, antiéticos, de desrespeito às regras do jogo. As artimanhas, os conchavos, as promessas de cargos e tantas coisas mais fazem parte desse arranjo da parte de todos aqueles que se encontram envolvidos pelo jogo do poder, no qual não haverá lugar para amadores, isto é, ingênuos, ou seja, aqueles que vão jogar sem trapacear e, para falar mais

claramente, vão proceder eticamente na política.

Quando Hannah Arendt se refere à mentira na política ela está se referendo exatamente a essas práticas. Em outras palavras, no jogo do poder vale tudo, porque o mais importante é a conquista do espaço do poder, e, depois de conquistá-lo, vem a luta por mantê-lo.

As coisas também se passam assim em todas as chamadas democracias representativas, as quais, como vimos, são muito parecidas com as tradicionais aristocracias, e muitas delas são mesmo iguais a elas. Ninguém deveria espantar-se de que nas campanhas os candidatos serão difamados, suas biografias serão deturpadas, seus propósitos ridicularizados.

Na maior parte das campanhas dos candidatos, pouco se divulga a respeito das propostas que estão em jogo, mas o foco recai sempre sobre o perfil das pessoas que estão concorrendo aos cargos de representantes. Neste contexto, se as mentiras forem importantes para a derrota dos adversários, por que não utilizar-se delas? Qualquer boato bem elaborado e feito na hora certa pode minar uma candidatura, mesmo que logo a seguir haja os desmentidos. Pois muitas vezes não há tempo suficiente para se rebater uma mentira largamente divulgada nos meios de comunicação.



Quando pudermos inverter esse processo e praticar uma atividade política que priorize as propostas e não as pessoas, a mudança será tão radical que imediatamente refletirá na questão dos gastos com as campanhas eleitorais. O foco nas pessoas com campanhas milionárias para se elegerem torna o processo político extremamente seletivo. Ganha eleições quem possui poder financeiro para se eleger. O que confirma nossas impressões sobre o sistema representativo como um regime aristocrático, que se firma não pelo mérito, mas pelo dinheiro. É o poder do dinheiro que elege nossos representantes para ocuparem o poder que tanto almejam.

A mudança de formato, do esquema tradicional do foco nas pessoas para o foco nas propostas, certamente não virá da parte dos próprios políticos profissionais. Qualquer reforma política proposta por eles mesmos será a repetição do mesmo. Nada de substancial ocorrerá com uma reforma política proposta pelos profissionais da política. Numa conferência intitulada “A política como vocação”, o sociólogo Max Weber analisou dois tipos de políticos profissionais, aqueles que se pautam pela profissão a fim de obter recursos para sua subsistência particular, o que os afasta da atividade política como busca do bem comum, e aqueles que não precisam da política para angariar recursos financeiros para si mesmos, mas se pautam pela honra, prestígio e poder. Esse é o perfil dos políticos profissionais. De qualquer forma, eles se inserem nesse modelo de atividade política de que acabamos de tratar. Por consequência, são distantes dos representados, dos cidadãos comuns que não participam da vida política.

Quando pensamos que a atividade política que se pauta pelo debate em torno das propostas e não das pessoas elimina a relação entre um grupo de indivíduos que tomam decisões em nome dos demais e por isso mesmo exercem seu poder de dominação sobre os demais, deveríamos nos empenhar ao máximo para que uma reforma política tivesse como eixo essa transformação, sob pena de permanecermos sempre submissos, sem exercer nossa capacidade de decisão. Caso contrário, permaneceremos escravos.

Após tais considerações, o que pensar da ética na política, entendida como um domínio sério no qual todos os atores se pautam por regras claras, num jogo limpo pela busca do poder, considerando-se a atividade política como a conquista do poder? Neste contexto, o que significa ser eticamente correto? Antes de mais nada, será necessário voltarmos ao nosso ponto, à nossa questão central, isto é, no modelo político no qual nos inscrevemos, isto é, no regime que intitulamos de democracia representativa, com foco prioritário na eleição de pessoas para assumirem os cargos de representação política, todas almejando a conquista do poder, o que seria um comportamento ético, de acordo com as regras do jogo? Mas as regras do jogo aqui são determinadas pelos poderosos, pelo poder do dinheiro acima de tudo. Nesse quadro, ninguém se elege se não dispuser de uma quantia extraordinária de recursos financeiros. Isto, por si só já afasta todos aqueles que não dispõem de recursos, embora tivessem talento e capacidade suficiente para exercerem os mesmos cargos. Como poderiam se comportar corretamente os candidatos que já começam a corrida sob uma perspectiva todo enviesada de acesso aos recursos financeiros para entrarem no jogo político? Outro dado importante é que, no caso brasileiro, ninguém pode candidatar-se a nenhum cargo

político, de representação, se não estiver filiado a algum partido político. O que é mais uma restrição de participação política. Além disso, todos os elementos da legislação eleitoral protegem a chamada “classe política”, para usarmos aqui de maneira não muito apropriada o conceito de “classe”, ou seja o grupo dos políticos profissionais. Não podem ser candidatos aqueles que não possuem recursos financeiros nem aqueles que não se encontram filiados a nenhum partido político.

## Corrupção e política partidária

**O verdadeiro combate à corrupção não está em caçar fulano ou sicrano para servir de exemplo ou para fins claramente políticos, mas no combate a uma série de práticas que são arraigadas profundamente em todos os nossos maiores poderes constituídos.**

Como se constituem os partidos políticos? Qual é a razão de sua existência na tão decantada democracia representativa? Em tese, seria o de apresentarem propostas que fossem de interesse público, embora gestadas em segmentos da comunidade política com perfis ideológicos diferenciados. A criação dos partidos políticos tinha como propósito a superação das organizações corporativas, como os sindicatos e demais associações da sociedade civil que, pela sua formação de origem, se pautavam pela reivindicação de direitos exclusivos das categorias particulares que representavam. No Brasil, por exemplo, poderíamos citar a CUT, uma organização sindical que desempenhou um papel importante nas lutas por melhorias de várias categorias profissionais, e o PT, criado para ser um partido com características mais abrangentes, não vinculado portanto ao simples movimento de reivindicação de melhorias salariais, mas com o propósito de apresentar uma proposta para toda a sociedade brasileira.

Todos tinham a percepção clara de que a CUT não poderia ser confundida com o PT. Há muitos exemplos dessa distinção entre um partido e uma associação sindical. Os propósitos de um e de outra são bem diferentes. Quando da fundação dos partidos nas democracias representativas do século XIX, a questão que se apresentava era que a política é uma atividade que precisa ser valorizada ao máximo, porque deveria pautar-se pela busca do bem público sem se deixar ficar prisioneira dos interesses particulares. Os partidos deveriam pautar-se sempre pelo interesse público em primeiro plano. A exigência para a ação dos políticos, embora pertencessem a agremiações diferentes, oriundas de segmentos específicos da sociedade, era a de que todos deveriam ultrapassar os interesses particulares, ir além deles para se estabelecerem num patamar superior. Era também desejável que os políticos fossem pessoas totalmente desprendidas dos interesses mesquinhos da satisfação de suas necessidades pessoais, econômicas etc. Embora não possamos dizer que fosse uma regra geral, houve na história, nesses duzentos e poucos anos de experiência das democra-

cias representativas, figuras políticas que se destacaram como empenhadas exclusivamente no serviço público, sem a ambição de angariarem recursos para si mesmos. Mas eles foram exceções. Nesse modelo de atividade política, portanto, já houve uma exigência de comportamento ético, esta, a de colocarem o interesse público acima dos interesses particulares. Mas a realidade dura da política contemporânea, e especialmente da política brasileira, é a de que prevaleceu a lógica de se colocar o interesse particular acima do interesse público. Praticamente a maioria das organizações partidárias está envolvida em desvios dos recursos públicos, ou em benefício do partido ou em benefício particular dos seus membros.

É comum, no atual quadro da nossa vida político-partidária, verificarmos o fenômeno da formação das bancadas, a ruralista, a evangélica, a da bala e tantas outras, para ficarem bem caracterizadas como se estivessem defendendo interesses específicos. Nada mais contrário ao espírito republicano e ao espírito que norteou a fundação dos partidos políticos modernos. Quando um determinado partido se apresenta como “bancada”, isto significa que ele está vinculado a um determinado segmento, a um determinado grupo particular da sociedade, para defender seus interesses particulares. O espírito da formação dos partidos indicava, porém, que cada partido deveria apontar para a superação de qualquer inserção particular. Do mesmo modo, a prática dos *lobbies*, que muitos consideram saudável, é outra que aponta também para o interesse privado em detrimento do público. Quem faz *lobby* é porque quer ver o interesse particular do seu grupo contemplado, e não outros. Surgem daí as trocas de favores, o balcão de negócios, no qual a nossa política se transformou. Tudo indica que estamos num imbróglio monumental, num tremendo processo de corrupção institucionalizada em todas essas práticas. O verdadeiro combate à corrupção não está em caçar fulano ou sicrano para servir de exemplo ou para fins claramente políticos, mas no combate a uma série de práticas que são arraigadas profundamente em todos os nossos maiores poderes constituídos. Estamos bem longe de uma prática que toma o interesse público como prioritário. O aspecto mais deplorável da nossa vida política é que desapareceu completamente a tão comentada *res publica*. E não seria nada exagerado afirmarmos que nossa comunidade política encontra-se à beira da degradação, da extinção total, numa situação em que as leis não mais são respeitadas e em que cada cidadão só encontra refúgio na sua intimidade, no seu domínio particular. Por toda parte passa a reinar descrença nas instituições que deveriam proteger o interesse público. Basta pensarmos em nossas instituições maiores, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em todas elas vemos predominar o interesse privado, o poder do dinheiro.

Então, é difícil imaginar que a própria classe política poderia ser a protagonista de uma grande reforma política que colocasse o conjunto dos cidadãos comuns, o povo, como ator principal na cena política. Até agora, o espetáculo tem sido protagonizado pelos políticos profissionais. Quando será que o povo vai entrar em cena? Se depender dos políticos profissionais, nunca.

Porém, mesmo nesse quadro deplorável, poderíamos esperar de um novo presidente eleito, que propusesse uma verdadeira reforma constitucional que incluísse uma boa reforma política, por intermédio da introdução de práticas institucionais que permitissem que o povo participasse da decisão sobre as questões mais candentes da vida nacional. O que

poderia muito bem ser executado por uma assembleia constituinte livremente eleita e não como foi a última reforma, em 1988, feita tão somente pelos membros do Congresso Nacional. Poderíamos até conviver com uma democracia representativa, na qual os representantes fossem eleitos para as funções executivas, mas que o poder de decisão fosse resguardado para o povo. Por que não instituir um procedimento que permitisse aos eleitos cassarem o mandato de um representante que não estivesse cumprindo o seu dever máximo de velar e trabalhar pelo bem público e não para seu interesse particular? Por intermédio de expedientes como esse, dentre outros, poderíamos ver ressurgir a esperança de vivenciarmos uma verdadeira experiência democrática, na qual o principal ator seria o cidadão comum e não o político profissional. Precisaríamos também quebrar o peso do dinheiro nos processos

—

**Uma parte considerável dos cidadãos brasileiros ainda vive o sonho, ou o pesadelo, da espera ou da busca do homem providencial, daquele que irá resolver todos os seus problemas.**

—

eleitorais, o que seria realizado pela mudança de foco do voto nas propostas em vez do voto nas pessoas. Alguém poderá dizer que tudo isso não passa de uma bela utopia. Que seja. Mas ainda não fomos proibidos de sonhar. Quando isso ocorrer, aí poderemos considerar que estaremos no fim da linha.

Uma parte considerável dos cidadãos brasileiros ainda vive o sonho, ou o pesadelo, da espera ou da busca do homem providencial, daquele que irá resolver todos os seus problemas. Isso tem se apresentado como um entrave para o início das práticas democráticas que coloquem o cidadão como primeiro ator no cenário político. Quando a expectativa é por um homem providencial, um salvador da pátria, praticamente o cidadão permanece inerte,

na espera, é sempre espectador de um cenário cujos personagens se alternam mas não alteram absolutamente nada. Os próprios políticos profissionais, na ausência de uma grande figura, se consideram os homens providenciais, aqueles que irão resolver os grandes problemas nacionais. Como atuam muito mais para seu próprio interesse do que para o interesse público, são facilmente desmascarados, restando um vazio total. A tal ponto de o espectador não acreditar mais no que está vendo, tamanha a desfaçatez com que os atores profissionais desempenham seus papéis como representantes de si mesmos. É nesse vazio total da cena que entra a espera pelo homem providencial.

## A era dos gestores

Afinal, quando o salvador irá aparecer em cena? O mal-estar transforma-se em desalento, desânimo total, porque todo o discurso da classe política, dos candidatos aos cargos públicos, é de que os grandes problemas como o desemprego, a educação, a mobilidade urbana, a saúde etc. seriam resolvidos ou pelo menos bem encaminhados para uma boa solução. Nesse cenário de desalento total, não resta dúvida alguma que o atual modelo político

chegou ao seu grau máximo de exaustão. Já não há mais nada que possa consertá-lo. Impõe-se então pensar numa outra forma de se fazer política. O povo precisa então entrar em cena e assumir o espetáculo da política. Mas o outro lado da moeda também nos espreita. Isto é, quando ninguém mais acredita na política, entendida como atividade que tem como escopo a busca do interesse público, abre-se o campo para aqueles que consideram que podem governar como não políticos, sem política, o que é nos próprios termos um verdadeiro contrassenso. Examinemos um pouco mais a ideia ou até a possibilidade de se governar sem política ou sem os políticos. É quando aparecem os chamados “gestores”, apolíticos, ou antipolíticos, acenando com a bandeira anticorrupção, de que todos os políticos são corruptos, de que não dá mais para continuar assim e que é preciso apostar em quem tem experiência administrativa. Esse discurso é, no mínimo, hipócrita, pois ninguém pode governar uma comunidade política se não aceitar o princípio de que se encontra numa pólis e de que esta é o lugar da organização da vida pública, do interesse coletivo e não do interesse particular.

O discurso daqueles que agora estão entrando na política com a bandeira antipolítica ou apolítica, o discurso dos gestores é certamente o último suspiro de uma prática política que estamos vendo morrer. Digo o último suspiro porque, dentro desse modelo, segundo os próprios defensores da ideia, não há mais nada para fazer a não ser partir do princípio de que “o Brasil precisa de bons gestores, bons administradores e não de políticos profissionais”. Este contrassenso implica administrar a vida pública como se fosse uma empresa, como se fosse uma instituição particular. Aqui o equívoco é patente, pois a coisa pública não pode ser administrada como se fosse um negócio privado. A comunidade política não é a mesma coisa que uma empresa ou uma instituição familiar. Na comunidade política vivem juntos indivíduos, grupos, com interesses muito diferentes uns dos outros. Dentro dessa diversidade de interesses, há, no entanto, o desejo de viver juntos, isto é, de pautar a vida em comum. Essa arte de estabelecer uma vida harmônica em meio a todas essas diferenças é que faz da atividade política uma atividade superior e que pode ser alterada a qualquer momento. Por exemplo, no caso brasileiro, quando o espírito gestor do atual governo estabeleceu que deveria congelar os gastos com todos os serviços para os próximos anos, simplesmente fez tábula rasa das necessidades mais importantes que afetam a vida de cada um e cujas soluções precisam ser encaminhadas pelo debate político e não por uma decisão puramente cartorial, burocrática. Como temos um poder Legislativo praticamente nulo, o poder cartorial do Executivo se faz presente com decisões absurdas como essa. Além do mais, diga-se de passagem, nem de longe sonharam em consultar o povo para decidir sobre a questão. Todas as decisões de caráter público deveriam ser tomadas após um longo debate com toda a comunidade política, com todos os cidadãos. A insensatez dos políticos os tem conduzido a um isolamento total, e, com isso, atraem sobre si mesmos tudo de pior que uma comunidade pode pensar deles, exatamente porque viraram as costas para aqueles que os elegeram. Não têm nem mesmo a consciência de que, ao convidar o povo para tomar as grandes decisões estariam dividindo com eles a responsabilidade sobre as medidas tomadas. O espírito gestor daqueles que assim se apresentam com a bandeira do antipoliticismo significa pura e simplesmente a decisão

de fazer política sem política. Daí o cinismo dessa atitude. Além da insensatez. Fala-se também de “choque de gestão” sem nem mesmo saber o que isto significa e implica. Além disso, aqueles que se apresentam como antipolíticos, que surgem nos escombros do modelo da política profissional, estão preparando o terreno para os regimes ditatoriais. Quem aparece em cena com a bandeira contra a política e todos os políticos, mas mesmo assim concorre a um cargo político, é porque quer levar às últimas consequências aquelas atitudes espúrias que envolvem a ação política tradicional que estamos tentando examinar e submeter à crítica. Acabar com a política implica calar as opiniões divergentes, os discursos da diversidade. Implica também fugir do debate, da crítica que se propõe a aprofundar todas as questões que se apresentam como desafios a serem superados. É

**Quem aparece em cena com a bandeira contra a política e todos os políticos, mas mesmo assim concorre a um cargo político, é porque quer levar às últimas consequências aquelas atitudes espúrias que envolvem a ação política tradicional que estamos tentando examinar e submeter à crítica.**

próprio das repúblicas bem constituídas que o debate seja o mais abrangente possível, que todas as questões sejam submetidas à crítica, entendendo-se esta como o processo de investigação de um assunto utilizando-se do maior número possível de variáveis. Quando se trata, por exemplo, de encontrar soluções para algum tipo de problema, é no debate que se descobre que pode haver várias soluções para um mesmo problema. Há tantos absurdos nas decisões do atual governo “gestor”, que passaríamos um bom tempo só para relatá-los.

Apenas para lembrar o que expusemos acima, até poderíamos admitir que houvesse gestores da administração pública, porém com uma condição, a de que o poder Legislativo fosse exercido por todo o povo e que o gestor fosse um simples funcionário do povo, considerado este como o poder Legislativo, que não pode ser confundido com o nosso Congresso Nacional, mas como o conjunto de todos os cidadãos. Estamos aqui apenas abrindo parênteses para indicar no limite a possibilidade de gestores da coisa pública, porém num sentido muito peculiar de um grupo de

indivíduos que obedecessem às ordens do povo e que não tivessem nenhum poder de mando. Quanto a vida pública passa a ser administrada por gestores, será necessário sufocar o debate, as opiniões divergentes que são a alma da ação política nas repúblicas. A verdadeira arte política consiste em saber lidar com as diferenças, com as diversidades. Ao contrário, a gestão empresarial se faz exclusivamente pela vontade do gestor, do dono ou donos da empresa. No caso da política, o político ou os políticos profissionais não podem se considerar os donos da coisa pública ou agir como se o fossem. A coisa pública diz respeito a todos os cidadãos sem exceção. E para administrar tantos interesses divergentes será necessário estabelecer acordos e tomadas de decisão que envolvam o maior número deles. Quando se confundem os negócios públicos e os particulares, abrem-se as portas para todo tipo de cor-

rupção, de degeneração da vida política. Por exemplo, o uso do cargo político para desvio de recursos para benefício particular ou para o partido é um caso típico de confusão entre a esfera pública e a privada. O núcleo de todo o processo de corrupção da vida política está na utilização dos cargos públicos para fins particulares.

## Opinião e opinião pública

Resta-nos ainda examinar o papel da opinião pública em todo esse quadro que examinamos acima, ou seja, no da política tradicional na qual estamos todos envolvidos e na mudança de procedimentos rumo a uma nova maneira de se pensar e agir politicamente. Para tanto teremos que analisar os meios de comunicação e sobretudo os novos meios proporcionados pelo aparecimento das redes sociais na Internet.

Opinar é estimar, considerar, julgar. Quando uso a expressão “de acordo com minha opinião”, estou me referindo a uma afirmação que é provisória, que ainda precisa de mais dados para ser apresentada com certeza. Cada opinião particular atesta a posição provisória de qualquer indivíduo sobre o assunto sobre o qual emite sua opinião. Quando esta se transforma numa crença inabalável, numa certeza, aquele julgamento que era provisório transforma-se em algo definitivo, porém tão somente para esse mesmo indivíduo, que se apresenta para o outro, para o público, como portador de uma verdade absoluta. Esta postura não admite o contraditório. Quando se defronta com a opinião contrária, afirma-se mais ainda, sem arredar pé, de tal modo que, no limite, seria praticamente impossível que duas pessoas com opiniões tão acirradamente verdadeiras, do ponto de vista subjetivo, estabelecessem um diálogo que pudesse levá-las a mudar de opinião. Ocorre com frequência que pessoas que procedem assim encontram também outras que pensam igualmente, o que as leva a constituírem pequenas comunidades que partilham a mesma opinião considerada verdadeira, e neste caso inserem no que chamamos de ortodoxia. Entre duas ou mais posições ortodoxas não há espaço para aquele diálogo que é tão salutar à vida política de qualquer país. Não há lugar para a troca de impressões, mas apenas para o embate que muitas vezes pode levar à condição de destruição do outro, o qual, por isso mesmo, se transforma em inimigo mortal. Quem ingressa no espaço político com posições inflexíveis, não pode admitir a divergência. Tudo irá bem se todos concordarem com ele. Caso contrário instaura-se um conflito no qual uma das partes tem de levar a pior.

Se as coisas se apresentam assim no plano individual, o da opinião particular, como podemos imaginar uma opinião pública, isto é, o julgamento que é realizado por toda uma comunidade política, por um grupo de pessoas? Quando nos referimos à opinião do público, por vezes imaginamos que haveria uma força que dele parte, um julgamento coeso, muito bem articulado e que servirá como mecanismo de pressão contra por exemplo os que ocupam cargos públicos, ou mesmo contra outros grupos que se apresentem com posições divergentes. Costuma-se dizer também que a opinião pública, em todos os lugares, por intermédio da ação dos profissionais da imprensa, funciona como uma espécie de quarto poder, ao lado dos demais, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Quando se quer saber o que pensa a opinião pública sobre diversas questões, o mecanismo utilizado com

frequência é a sondagem de opinião, por intermédio de pesquisas realizadas por órgãos especializados nesse procedimento.

Em nossa tradição sociológica, um sociólogo muitíssimo respeitado, Pierre Bourdieu, escreveu um artigo importante a esse respeito, com o título sugestivo de “A opinião pública não existe”. Segundo ele, o que ocorre é a confluência momentânea de várias opiniões particulares, que podem ser aferidas quando se fazem pesquisas de opinião, as quais são na verdade conduzidas com perguntas muito bem dirigidas e que já trazem com antecedência a chave das respostas. E são, portanto, sempre tendenciosas.

Além disso, sempre se pensou em conferir o fenômeno da opinião pública pela ação dos chamados “formadores de opinião”. Jornalistas e intelectuais de maneira geral seriam essas

—

**Após o aparecimento  
da Internet, esperava-se  
que haveria uma quebra  
dos grandes grupos,  
monopólios da produção  
da informação em geral.**

—

figuras, que teriam o papel de instruir o público para que ele pudesse emitir sua opinião de maneira mais acertada e com conhecimento de causa. Ocorre que jornalistas e intelectuais não são entidades neutras, possuem suas opiniões particulares e são estas que serão passadas ao público, o qual, por sua vez, como receptor de uma determinada opinião, passa a aderir a ela como se fosse a sua opinião também. Na verdade, a opinião do público ou de um determinado público é aquela produzida por um ator particular, por um membro de um órgão de imprensa. E se este órgão for uma organização poderosa, que detém o controle

de vários meios como a imprensa escrita, a falada e a televisiva, estamos diante de um forte produtor de opinião e de formador no sentido de que será o doutrinador de uma opinião que é aquela oficial do órgão todo poderoso. De tal modo que, quando o jornalista diz que “estamos ouvindo a opinião pública”, na verdade está dizendo o seguinte: “estamos recolhendo no público o que temos plantado nele por anos a fio”. O público praticamente mimetiza uma opinião emitida por um órgão de imprensa, mimetiza, portanto uma opinião particular. É por isso que a imprensa é considerada o quarto poder, porque dispõe de uma força extraordinária para doutrinar o seu público, que lhe responde afirmativamente a seu apelo, sem discussão. O império dos meios de comunicação sobre o público espectador ou leitor dos grandes jornais é impressionante no sentido de que cria os seus seguidores automaticamente. De tal modo que, quando for emitir sua opinião, esse espectador procura pautar-se pelo seu jornalista preferido, pelo comentarista de plantão que comenta os acontecimentos do momento. E aí diz “se ele pensa assim, então deve ser uma boa ideia, deve ser uma boa opinião”. A formação da opinião funciona assim muito mais como doutrinação do que propriamente como instrução. Esta exige investigação, reflexão; aquela, aceitação imediata sem discussão. Poucos são os programas de televisão que propõem ao telespectador um processo de reflexão, de investigação de um tema por intermédio da exploração de múltiplas variáveis, de formulações diferentes, até mesmo divergentes. A força educacional dos meios de comunicação é muito grande quando ela se abre ao trabalho de instrução, de investigação. Quando procede ao massacre da doutrinação funciona como uma entidade de caráter confessional, religioso.



Após o aparecimento da Internet, esperava-se que haveria uma quebra dos grandes grupos, monopólios da produção da informação em geral. Inicialmente apostava-se num processo de democratização da informação de tal modo que poderia ocorrer o início da quebra dos grandes grupos. Mas o fenômeno das redes sociais produziu algo que certamente já vinha se formando, desde os alertas de Sennet, sobre as tiranias da intimidade, e os de Bauman, sobre o desmoronamento dos valores que sustentavam a sociedade moderna. Nas redes sociais, a tirania da intimidade se manifesta quando os indivíduos se apegam a suas crenças e a suas opiniões particulares e tentam impô-las aos demais a qualquer custo. Podemos afirmar que o último refúgio da verdade transferiu-se para a intimidade de cada um. Nas redes sociais, com poucas exceções, quase não há lugar para o debate. Formam-se as bolhas dos amigos e seguidores, que partilham as mesmas opiniões, os mesmos comportamentos etc. Se alguém destoar do que pensa o grupo, é facilmente neutralizado, bloqueado pelos mecanismos eletrônicos que facilmente isolam os oponentes, os quais, com frequência, são tomados como inimigos. O espaço da Internet que poderia muito bem funcionar como o lugar da democratização do saber, da produção do debate em tempo real, transforma-se num local de guerra contra os “inimigos” que não partilham os mesmos ideais, as mesmas opiniões. As redes sociais aprofundaram os espaços confessionais que, segundo Sennet, já vinham se formando dentro das chamadas comunidades de opinião. Por isso mesmo, a internet transformou-se no espaço ideal não só para a explicitação das tiranias da intimidade, mas também para a difusão das *fake news*. Num terreno em que só valem as opiniões particulares, ou então a de grupos de comunidades de opinião, as *fake news* se transformam na ferramenta ideal para neutralizar os grupos e pessoas considerados como “inimigos”.

Torna-se, portanto, cada vez mais difícil a utilização das redes sociais para o desenvolvimento do debate no qual posições divergentes podem confluir para a superação das divergências ou mesmo para o aprofundamento dos temas abordados. Se todos se apresentam no mesmo espaço já com as ideias prontas, isto é, já com a cabeça muito bem feita e petrificada, não haverá como não se curvar à repetição do mesmo, sem nenhuma possibilidade de criação de algo de novo.

Se opinião e opinião pública se configuram como julgamento particular e público, isto é, de comunidades de opinião, então qualquer procedimento que tenha como objetivo o desenvolvimento de um processo sério de instrução, isto é, de investigação profunda das questões que estão na ordem do dia, terá que atuar sobre o julgamento. Aprimorar o julgamento significa fornecer instrumentos novos para que a opinião se aproxime cada vez mais da verdade ou de uma nova certeza que possa servir de patamar para se avançar cada vez mais. Daí a importância do jornalismo investigativo, aquele que não se limita aos primeiros dados, mas vai muito além deles com o propósito de encontrar novas variáveis que possam funcionar como pistas para a elucidação dos casos em questão. É isto mesmo que podemos entender pela expressão “melhorar as opiniões”, ou seja, propiciar o maior número possível de elementos que possam contribuir para a análise de um determinado evento. No caso contrário, nas doutrinações, apenas reforçam-se as opiniões já petrificadas, apenas aumenta-se a quantidade de pedras para levantar o muro da intolerância, da ausência de reconhecimento da diversidade, do preconceito. Notamos agora que a expressão “formar opinião” pode possuir dois sentidos completamente diferentes, o de doutrinar e o de instruir. Como

nessa empreitada todos são formadores de opinião, é preciso apenas ter o cuidado de saber quem é quem nesse processo.

Do que acabamos de analisar fica patente que, para uma mudança radical na maneira de se fazer política, na qual deverá imperar o debate livre das opiniões, não para se fortalecerem umas às outras, mas para ultrapassarem as barreiras do conhecimento e das propostas de solução dos problemas que se apresentam, ainda falta muita coisa. O discurso de doutrinação precisa dar lugar ao da instrução investigativa, com apresentação de posições diferentes e até mesmo divergentes no debate sobre qualquer temática de interesse público. No plano político, dentro do atual quadro institucional, os políticos profissionais dão as cartas, possuem o monopólio do debate sobre todas as questões de interesse público. Numa nova perspectiva, todos os cidadãos poderão e deverão participar com suas opiniões, isto é com suas estimativas, ponderações, com vista à construção de um debate que instrua todos os processos de decisão. Qualquer povo bem instruído sobre todas as questões que lhe dizem respeito terá muito mais condições de acertar do que um outro que não tiver nenhuma oportunidade nesse sentido ou então que estiver na maior parte do tempo obscurecido pela enxurrada de mentiras que invadem o espaço público.

Contra as *fake news*, contra as “tirantias da intimidade”, contra a política institucionalizada dos gestores que não admitem o debate, contra os meios de comunicação que não param de fazer doutrinação, só mesmo a promoção do ideal democrático da participação intensa de todos os cidadãos, com todas as sua diversidade, para a construção de uma nova maneira de se fazer política e não para reformar o regime da democracia representativa que já chegou ao seu ponto máximo de exaustão.

## Referências bibliográficas

ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. L'opinion publique n'existe pas. *Les temps modernes*, v. 318, p. 1292-1309, 1973.

SENNET, Richard, *O declínio do homem público: as tirantias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NASCIMENTO, Milton Meira. *Opinião pública e revolução*. São Paulo: Edusp/Nova Stela, 1989.

Data de Recebimento: 15/06/2018

Data de Aceite: 25/06/2018

Dados do autor:

**Milton Meira do Nascimento**

<http://lattes.cnpq.br/8429886109080931>

Professor sênior do Departamento de Filosofia da USP e autor, dentre outros, de *Opinião pública e revolução*.